

XI SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

13 a 14 de Abril de 2023

A MANICOMIALIZAÇÃO DO CORPO FEMININO NO BRASIL: APONTAMENTOS HISTÓRICOS

Gésly Costa Moraes (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-Paraná, Brasil); Daniele de Andrade Ferrazza (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-Paraná, Brasil).

contato: geslymoraes@gmail.com

Palavras-chave: Mulher. Loucura. Eugenia. Higienismo. Medicina psiquiátrica

INTRODUÇÃO

A manicomialização dos corpos se deu com o advento do sistema capitalista e o processo de Revolução Industrial durante o século XVIII. Naquele momento, instaura-se na sociedade o ideário de norma e disciplina para a produção de corpos úteis e dóceis com o intuito de destiná-los ao trabalho fabril. Dessa forma, a sociedade passa a consolidar a noção de indivíduo, deixando para trás o coletivo característico do feudalismo durante a Idade Média (FERRAZZA, 2013; FOUCAULT, 1972). Nesse sentido, uma nova ciência seria configurada, a medicina psiquiátrica, a qual denominaria, classificaria e descreveria as “doenças mentais” que comprometiam o comportamento humano e buscaria formas de corrigir e normalizar os denominados “corpos doentes” (PRADO, 2016). Ademais, é neste contexto social que se configura também as instituições disciplinares, com destaque para os manicômios, a fim de disciplinar indivíduos visto como desajustados e anormais. Portanto, a loucura passa a ser objeto de estudo do saber médico psiquiátrico e aprisiona-se estes corpos desajustados a fim de controlar, disciplinar e “normalizar” os denominados “loucos” (FOUCAULT, 1986).

No que tange ao corpo feminino, a sua manicomialização se deu através do desempenho dos papéis de mãe e esposa, formulados e impostos pela sociedade, a qual ditava condutas a serem seguidas (DEL PRIORI, 1995; ENGEL, 2004)

Desse modo, dentre os principais corpos vistos como desajustados, estava o corpo feminino, da qual a sociedade buscava educar e disciplinar para que esta tivesse filhos saudáveis, dóceis e produtivos. (ALMEIDA, 2007). Por isso, sob está lógica, era preciso disciplinar o corpo da mulher para que esta disciplinasse seus filhos, seu lar e a sociedade continuassem com seu ideário de progresso. Além disso, a ideia de que o destino de toda

XI SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

13 a 14 de Abril de 2023

mulher estava, e deveria estar, pautado na maternidade acaba por fundamentar outra perspectiva disciplinar ao pensamento médico vigente, que é o controle sobre o matrimônio e a constituição familiar (MARTINS, 2004). Assim, os ideais eugenista e higienistas da época se associam a psiquiatria em busca do aprimoramento e evolução da espécie humana por meio do controle dos corpos (BOARINI, 2003).

A psiquiatria eugenista e higienista atuava e controlava todas as esferas da vida cotidiana dos homens e, principalmente, das mulheres levando às práticas de higiene física, intelectual, moral e social (BOARINI, 2003). Sob esta ótica, ao que se refere à loucura feminina, o discurso médico coloca a mulher como um “ser pleno de características degenerativas, virtualmente perigosas para o projeto de aperfeiçoamento da espécie” (NUNES, 1991, p. 61), ou seja, o “orgânico feminino” era visto como imprevisível, inferior e principalmente ameaçador para o plano da sociedade disciplinar e precisava ser corrigido para que não gerasse filhos degenerados (ARRUDA, 2017).

Portanto, se a mulher é desqualificada de exercer qualquer outra função social se não o cuidado com o lar, os filhos e o marido, cabia a elas se restringir apenas a procriação, o cuidado e a submissão ao poder patriarcal. A mulher que não correspondesse adequadamente aos seus papéis tradicionais de mãe e esposa era compreendida como louca e degenerada pela sociedade e principalmente pelo saber-poder médico (ARRUDA, 2017; DEL PRIORI, 1995; ENGEL, 2004).

Em vista disso, o presente estudo tem o objetivo de compreender o processo de psiquiatrização do corpo feminino e a constituição dos estereótipos de “loucura feminina” estipulados pela sociedade patriarcal e eugenista de fins do século XIX e início do século XX. Mais especificamente, através de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, pretende-se estudar como o discurso médico eugenista e higienista no Brasil recaiu sobre a mulher e culminou no controle sobre seu corpo através dos ideais de “boa mãe” e “boa esposa” mantidos por diversas instituições disciplinares, dentre elas os manicômios, que reforçaram os modelos normativos do que era considerado ser mulher na sociedade brasileira.

METODOLOGIA

Para tanto, a pesquisa de caráter bibliográfico qualitativo buscou compreender como a apropriação da loucura pela psiquiatria eugenista e higienista ocorreu no Brasil e como esta fundamentou a manicomialização de mulheres que não correspondiam à norma estipulada.

XI SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

13 a 14 de Abril de 2023

Tal análise utilizou-se do método de inspiração genealógico, proposto por Michel Foucault, que se configura enquanto a presentificação do passado, ou seja, a retomada dos momentos históricos para melhor compreensão dos acontecimentos presentes, possibilitando assim a problematização das relações de saber-poder que produzem realidades, saberes e subjetividades (FAÉ, 2004).

Nessa perspectiva, utilizou-se também de um diário de pesquisa enquanto instrumento para revisão e análise das obras “A mulher e a sociogenia” de Tito Lívio de Castro (1893) e “Eunice ou a educação da mulher” de Afrânio Peixoto (1944). Destacados psiquiatras brasileiros de fins do século XIX e início do século XX que debatiam sobre o feminino e a loucura.

DISCUSSÃO

Tito Castro (1864-1890) foi um médico e ensaísta brasileiro o qual buscou produzir uma análise sócio-biológica sobre o país através dos seus estudos sobre medicina, filosofia, literatura e sociologia. Ele era um grande defensor da fisiologia e da craniologia, da qual sua obra “A mulher e a sociogenia” (1893) reflete seus pensamentos e estudos sobre a inferioridade craniana da mulher e os impactos na sua evolução física, mental e intelectual.

Outrossim, Castro (1893) defende em seu livro que a inferioridade feminina era um fator relacionado à proeminência da medula sobre o cérebro. Tais observações indicariam um estágio inferior da evolução feminina frente à evolução masculina – que se caracterizaria pela proeminência do cérebro sobre a medula – e as colocaria no mesmo patamar de evolução que as crianças, os povos “primitivos/selvagens” e os criminosos. Logo, a mulher era vista e tratada como “uma criança grande” que precisa aprender a tomar conta de si para poder cuidar do outro.

Ademais, ao longo de sua obra o autor faz uma retomada histórica da condição da mulher na sociedade e pontua que mulheres nunca foram devidamente educadas, mas sim, submetida à inatividade e passividade nas relações. Fato que acarretou em consequências evolutivas para a sua espécie e as caracterizou como “choronas”, sensíveis, emotivas e frágeis. Para o autor, isso seria o principal fator para os casos de histeria e, conseqüentemente, degeneração da espécie humana, levando à manicomialização das mesmas.

Já os escritos do médico, educador e político Afrânio Peixoto (1876-1947) ressaltam também a hipótese da inatividade física e mental das mulheres concomitantemente à má educação dada ao longo dos séculos como fatores desencadeantes para a estagnação da sua

XI SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

13 a 14 de Abril de 2023

evolução humana. Tal condição de submissão e privação no lar, cuidando apenas dos afazeres domésticos e da família, propiciou à mulher maiores condições de adoecimento psíquico, uma vez que ela era considerada uma espécie “pseudo-evoluída” e, por isso, propensa a loucura.

Cabe destacar que Afrânio (1944) empenhou-se nos estudos de temas como a eugenia, higiene, sexualidade (homossexualismo, adultério e defloramento), puericultura, loucura, criminalidade e a educação da mulher, dos quais refletem no pensamento e escrita de sua obra “Eunice ou a educação da mulher”. Esses respectivos temas tinham uma forte ressonância política, pois incidiam sobre reformas urbanas, políticas de controle social e sobre a repressão dos sujeitos considerados “doentes sociais”, bem como, na organização das famílias, no disciplinamento das massas e das mulheres.

Para o autor, a mulher deve deixar de ser um ente passivo para tornar-se mais ativa na sociedade e, por isso, precisa ser devidamente instruída para cumprir com as suas funções de mãe e esposa, como também, ser instruída aos conhecimentos básicos escolares. Ele acreditava que instruindo as mulheres à educação moral faria com que estas mulheres-mães educassem melhor os seus filhos, o que culminaria na constituição de cidadãos mais politizados, trabalhadores e, conseqüentemente, participativos do progresso brasileiro.

Por fim, compreende-se que os pensares médicos eugenistas, patriarcais e higienistas do respectivo período ainda reverberam e impactam o modo como a “loucura feminina” e o sofrimento da mulher é visto e tratado na atualidade. Seja no momento de escuta e acolhimento em saúde mental, seja na hora de diagnosticar, encaminhar e prescrever medicações psicofarmacológicas. Além disso, tem-se ainda na sociedade a visão da mulher enquanto ser dócil, frágil, sensível e submisso, da qual deve-se sempre aceitar os papéis de “mãe-esposa” e principal cuidadora do lar e da família (BUKOWITZ; ZANELLO, 2012; PEREIRA; PASSOS, 2017).

Referências

ALMEIDA, A. M. A. Lívio de Castro e um outro olhar sobre a mulher no século XIX. *In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 2007, São Leopoldo. *Anais [...]*. São Leopoldo: Associação Nacional de História – ANPUH, 2007, p. 1-7.

ARRUDA, J. S. Medicalização e controle dos corpos femininos na execução da medida socioeducativa de internação. *In: PEREIRA, M. O.; PASSOS, R. G. Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. p. 169-181.

XI SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

13 a 14 de Abril de 2023

BOARINI, M. L. Higienismo, eugenia e a naturalização do social. In: BOARINI, M. L. **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: Eduem, 2003. p. 19-44.

BUKOWITZ, B; ZANELLO, V. Loucura e cultura: uma escuta das relações de gênero nas falas de pacientes psiquiatrizados. **Labrys: estudos feministas**, [s. l], p. 1-21, Jan-Jun. 2012. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/valeska.htm>. Acesso em: 3 Mar. 2023.

CASTRO, T. L. **A mulher e a sociogenia**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1893.

DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. **História das mulheres no Brasil**, v. 3, p. 322-361, 2004.

FAÉ, R. **A genealogia em Foucault**. Psicologia em estudo, Maringá/PR, v. 9, n. 3, p. 409-416, set./dez. 2004.

FERRAZZA, D. A. **A psiquiatrização da existência: dos manicômios a neuroquímica da subjetividade**. 2013. 148 f. Dissertação (Doutorado em Psicologia e Sociedade). Universidade Estadual Paulista, Assis. 2013.

FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, A. P. V. **Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

NUNES, S. A. A medicina social e a questão feminina. In: NUNES, S. A. **Medicina social e regulação do corpo feminino**. PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva. V. 1, n. 1, 1991.

PEIXOTO, A. **Eunice ou a Educação da mulher**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1944.

PEREIRA, M. de O.; PASSOS, R. G (org.). **Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

PRADO, G. Revisitando a história da loucura: experiência, tragédia, exclusão, captura e tutela. **ECOS**. v.6, n.2, p.223-238, 2016.